

LAS PLUSVALÍAS Y MINUSVALÍAS: RELACIÓN ENTRE LA CONTABILIDAD Y LA FISCALIDAD

Liliana Pegado

Autoridade Tributária e Aduaneira

Fátima David

Professora Adjunta

Rute Abreu

Professora Coordenadora

Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior

Instituto Politécnico da Guarda

Área Temática: A) Información Financiera y Normalización Contable.

Palabras clave: Plusvalías, Minusvalías, Contabilidad, Fiscalidad, Portugal.

LAS PLUSVALÍAS Y MINUSVALÍAS: RELACIÓN ENTRE LA CONTABILIDAD Y LA FISCALIDAD

RESUMEN

El tratamiento contable y fiscal de las plusvalías y minusvalías, determinadas con las desinversiones de los contribuyentes del impuesto sobre sociedades, es un tema de especial importancia, hacia los considerables avances logrados por las empresas, los cuales no resultan de su actividad normal. En un entorno donde la discusión del sistema fiscal está en la agenda, siendo un motor de la competitividad económica de las empresas, tanto interna como externamente, esta investigación buscó dar relevancia al nuevo régimen jurídico, debido a la reforma de impuesto sobre sociedades en Portugal, con respecto a la "*participation exemption*", es decir, las plusvalías y minusvalías realizadas en las inversiones de capital no contribuyen para la determinación de la base imponible. De hecho, los resultados alcanzados por la contabilidad y la fiscalidad, en la determinación de los ingresos o pérdidas, no es siempre coincidente, reflejándose en el cálculo del beneficio tributario.

RESUMO

O tratamento contabilístico e fiscal das mais e menos-valias, apuradas com as alienações de ativos dos sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), é um tema que assume particular importância, tendo em conta os consideráveis ganhos obtidos pelas empresas, os quais não são fruto da sua atividade normal. Numa conjuntura em que a discussão do sistema fiscal está na ordem do dia, sendo um motor da competitividade económica das empresas, no plano interno e, particularmente, externo, nesta investigação procurou dar-se relevância ao novo regime legal, decorrente da reforma do IRC em Portugal, relativamente à "*participation exemption*", ou seja, as mais e menos-valias realizadas nas participações sociais não concorrem para a determinação da matéria tributável. De facto, os resultados alcançados na contabilidade e na fiscalidade, na determinação dos rendimentos ou perdas, nem sempre são coincidentes, repercutindo-se no apuramento do lucro tributável, sujeito a tributação.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade como sistema de informação, que recolhe, analisa, regista e interpreta dados que afetam a riqueza das unidades económicas, constitui, sem dúvida, um dos mais poderosos – senão mesmo o maior – suporte de informação para a gestão. As informações prestadas pela contabilidade ultrapassam, em larga escala, o âmbito da empresa e dos seus mais diretos colaboradores, revestindo interesse para um vasto conjunto de utilizadores (investidores, credores, financiadores, fisco, estatísticas nacionais e setoriais, entre outros). Assim, será fundamental que as informações contabilísticas sejam obtidas a partir de métodos e procedimentos comumente conhecidos e aceites, para assegurar a comparabilidade e a fiabilidade das demonstrações financeiras. Tal necessidade exige a adoção de uma metodologia semelhante na recolha e tratamento dos dados, sem o que a comparabilidade das informações obtidas seja colocada em causa.

Neste sentido, deverão definir-se regras no que respeita à nomenclatura das contas, ao seu âmbito e movimentação, às regras de valorização dos elementos, à determinação dos resultados e à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (Martins, 2010). Assim, o objeto da presente investigação prende-se com a análise das normas contabilísticas e fiscais que presidem ao tratamento das mais ou menos-valias apuradas pelas empresas, enquanto sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), para conhecer e explicar os factos que lhes dão origem, os ganhos ou perdas gerados, as implicações que têm nos seus resultados e o regime de tributação aplicável. Nesta investigação optou-se por não abordar a perspetiva fiscal, para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), pese embora a existência de sujeitos passivos, com contabilidade organizada e os pontos de contacto existentes no apuramento dos ganhos ou perdas, em sede de mais ou menos-valias, no referido tributo.

Por conseguinte, a presente investigação, através do método de revisão da literatura, tem como objetivo identificar as especificidades da matéria em investigação, pelo que se definiu como estrutura da mesma o desenvolvimento de cinco pontos, onde se analisam as normas de relato financeiro atinentes aos ativos fixos tangíveis e intangíveis, às propriedades de investimento e às locações (ponto 2), para além de uma breve incursão em matéria de imparidades, considerando a importância que assumem no apuramento das mais ou menos-valias. Em contraponto com as normas contabilísticas, apresenta-se o regime fiscal, previsto no Código do IRC (ponto 3) e as correções fiscais a efetuar no

Quadro 07 da declaração de rendimentos, a que alude o artigo 120º do CIRC (AT, 2016), uma vez que existem diferenças entre as mais ou menos-valias contabilísticas e fiscais, com relevo no apuramento da matéria tributável (ponto 4). Por último, no ponto 7, apresentam-se as considerações finais.

2. FACTOS ECONÓMICOS GERADORES DE MAIS OU MENOS-VALIAS

Os ganhos ou perdas, inerentes às mais ou menos-valias, respetivamente, estão intimamente ligados aos **ativos fixos tangíveis** (AFT), uma vez que se apuram na sequência de alguma alteração relevante nestes elementos patrimoniais, que geram ou podem gerar resultados de sinal positivo ou negativo. Por outro lado, as mais ou menos-valias são geradas no decurso da vida da empresa, mas não se prendem com o desenvolvimento da atividade económica ou do seu objeto social. Não obstante, são componentes do resultado líquido da empresa e do seu lucro tributável.

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 7, publicada no Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (MF, 2015a), com publicação anterior no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009a), tem a sua génese na *International Accounting Standard* (IAS) 16, prescrevendo o tratamento a dar aos AFT. Os aspetos principais a considerar na contabilização dos AFT são a tempestividade do reconhecimento dos ativos, a determinação das suas quantias líquidas escrituradas e os gastos de depreciação, relacionados com os mesmos. Esta Norma exige que um item de AFT seja reconhecido como um ativo quando o mesmo satisfaça a definição e critérios de reconhecimento de um ativo como estabelecido na Estrutura Conceptual para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras (Rodrigues, 2015).

Os AFT, definidos no § 6 da NCRF 7 (MF, 2015a), são aqueles que:

- a) Sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e
- b) Se espera que sejam usados durante mais do que um período.

Nestes termos, o conceito de AFT (bens que têm matéria física, palpável) é muito amplo, incluindo edifícios, terrenos, equipamentos, mobiliário, ferramentas duradouras, entre outros, desde que produzidos ou adquiridos para serem utilizados na atividade e tenham um período de vida útil superior a um ano (Gonçalves *et al.*, 2013).

Os ativos devem ser evidenciados no balanço pela sua quantia líquida, que corresponde ao seu custos de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e perdas de imparidade reconhecidas. Nestes termos, entende-se por:

- **Custo de aquisição** – a quantia paga, ou a pagar, relativa à aquisição do ativo mais todas as despesas adicionais de compra (como por exemplo, o gasto da montagem, frete, seguros, impostos não dedutíveis, ou seja, todas as despesas que a empresa tem de suportar para que o ativo fique instalado e a funcionar);
- **Custo de produção** – a soma dos gastos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão de obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir o ativo;
- **Depreciações** – o gasto decorrente da utilização e, conseqüente, desgaste, ou da obsolescência dos AFT, tais como máquinas, veículos, móveis, imóveis e instalações;
- **Imparidade** – a perda de valor dos ativos, tendo em conta os retornos esperados do seu uso ou da sua venda. Um ativo está em imparidade quando a quantia inscrita no balanço não pode ser recuperada pelo uso ou pela venda.

Nos termos dos §§ 7 a 15 da NCRF 7 (MF, 2015a), o custo de um ativo deve ser **reconhecido** se, e apenas se:

- a) For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluam para a entidade (o que acontece quando os riscos e recompensas sejam transferidos para a entidade);
- b) O custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Gonçalves *et al.* (2013) preconizam que as empresas têm duas alternativas para **mensurar** os AFT:

- Pelo custo histórico, isto é, o item é reconhecido pelo custo de aquisição ou produção, conforme definido anteriormente;
- Pelo justo valor, tendo em conta uma avaliação de um perito independente.

Face a estas opções, entende-se que a opção pelo justo valor conduz a uma imagem mais próxima dos valores recuperáveis do ativo. Contudo, se não forem utilizadas técnicas apropriadas para a avaliação pode incorrer-se em distorções das demonstrações financeiras. Quando uma empresa opta pelo justo valor deve obter informação fidedigna sobre os ativos em avaliação e com base nessa informação ajustar a quantia escriturada ao valor resultante da avaliação.

Estes ativos são objecto de **depreciação** anual, que corresponde à sua utilização e é geralmente refletida através do seu gasto, isto é, a quantia que se considera refletir o uso desse bem. Esta quantia pode ser calculada a partir de estimativas da “vida útil do ativo”, com base nos anos que se considera que o ativo pode ser utilizado economicamente ou com base em indicadores de funcionamento que dão a expectativa de duração do bem em unidades de produção totais esperadas (horas de funcionamento, unidades de produção ou quilómetros a percorrer).

Na generalidade dos casos, é possível estimar uma vida útil para um equipamento, veículo, edifício, entre outros bens. No entanto, existem casos – com carácter de exceção – em que tal não se pode determinar. O exemplo mais significativo é o de terrenos de utilização geral (agricultura e construção, entre outras) cuja utilização não retira valor ao terreno ocupado.

Assim, as taxas de depreciação, previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro (MFAP, 2009c), são uma decorrência do período de vida útil, ou seja, se um equipamento tem uma vida útil estimada de 5 anos, poderá ser depreciado anualmente à taxa de 20%. A depreciação acumulada corresponde ao somatório das quantias depreciadas já reconhecidas, ou seja, é a soma de todas as depreciações reconhecidas nos diferentes períodos económicos. A depreciação de um AFT é determinada tendo como base a quantia depreciável, que corresponde ao custo de um ativo (ou outra quantia, como por exemplo o justo valor) menos o seu valor residual, que corresponde à quantia estimada que uma empresa obterá, no fim da vida útil do ativo.

No que se refere aos **ativos intangíveis** (AI), o § 8 da NCRF 6, publicada no Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (MF, 2015a), com publicação anterior no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009a), definem-nos como um recurso:

- a) Controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados; e
- b) Do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade.

Nestes termos, o conceito de AI corresponde a ativos:

- não monetários, porque não se converte diretamente em dinheiro;
- identificáveis, porque pode ser separado da entidade e vendido, transferido, alugado, entre outras situações;
- sem substância física, ou seja, com natureza incorpórea.

Como exemplos de AI refiram-se as licenças, as marcas comerciais, programas de informática e patentes, entre outros.

Os ganhos ou perdas, inerentes às mais ou menos-valias, também podem estar relacionados com **propriedades de investimento**. Nos termos do § 5 da NCRF 11 (MF, 2015a) é a propriedade de um imóvel, no todo ou em parte, detida juridicamente pelo proprietário ou pelo locatário, ao abrigo de um contrato de locação financeira, para obter rendas ou para valorização (ou para ambas), não se destinando a uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, nem a venda no curso ordinário do negócio.

Nos termos do § 59 da NCRF 11 (MF, 2015a), quando se preveja a alienação ou se inicie um processo de venda, as propriedades de investimento devem ser desreconhecidas no balanço e qualificadas como inventários ou ativos não correntes detidos para venda, conforme a natureza da atividade comercial da empresa. Aquando da referida alienação ou numa operação de “*leaseback*”, apuram-se ganhos ou eventuais perdas, que merecem tratamento na ótica da contabilidade, como mais ou menos-valias.

No âmbito das estratégias empresariais, também se fazem aplicações em ativos financeiros (**investimentos financeiros**), tendo como objetivo obter ganhos resultantes da sua posterior venda, de juros, de dividendos ou de outros rendimentos por eles gerados. Uma forma de investimento financeiro consiste na aquisição de participações sociais de outras entidades, assumindo a qualidade de sócios ou acionistas.

Do ponto de vista do enquadramento contabilístico, distinguem-se as participações no capital de empresas em dois grandes grupos:

- As que se traduzem numa percentagem significativa no capital das participações, dando-lhes direito de voto que lhes permite influenciar ou controlar a gestão dessas entidades; em que se considera que a percentagem de participação é significativa quando é igual ou superior a 20% do capital da entidade participada;
- Outras aplicações no capital das entidades (ações ou quotas) em que a participação é inferior a 20%, pelo que não permite ter uma influência significativa na gestão da entidade participada.

Os títulos de dívida pública ou de empresas (títulos do tesouro ou obrigações) e os depósitos bancários são tidos como instrumentos financeiros.

Para efeitos de apresentação no balanço (Figura 1) há que considerar ainda se os ativos financeiros são adquiridos com o objetivo de realização de ganhos num curto período de

tempo – dentro de um ano (ativos correntes), ou se tratam de aplicações com o objetivo de vir a beneficiar de rendimentos por mais de um ano ou como instrumento de controlo ou influência (ativos não correntes).

Figura 1. Investimentos financeiros



Fonte: Gonçalves *et al.* (2013).

Os investimentos financeiros podem estar sujeitos a **perdas por imparidades**, as quais são definidas na NCRF 12 (MF, 2015a) como o excedente da quantia escriturada de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, em relação à sua quantia recuperável. Estas perdas representam uma perda excecional do valor dos ativos, que se pode dever a diversos factos, designadamente fortes alterações tecnológicas, incidentes ou outros fatores que influenciam de forma significativa o valor recuperável desse ativo, quer pela sua venda, quer pelo seu uso.

Segundo Gonçalves *et al.* (2013) existem indícios reveladores de que um ativo está em imparidade, podendo ser indícios externos e internos. Como exemplo dos primeiros, apontam-se os avanços tecnológicos, os quais tornam obsoletos os equipamentos, sendo o setor paradigmático desta realidade o setor das tecnologias de informação e comunicação. Como exemplo de informação interna, podem citar-se os relatórios elaborados por técnicos da empresa relativamente a acentuadas quebras de produção.

Assim, o reconhecimento de uma perda por imparidade implica uma comparação entre a quantia escriturada e a quantia recuperável (Martins, 2010). Esta quantia recuperável, para os AFT, tem como referência o justo valor (menos os custos de vender) e o valor de uso desse ativo. O valor de uso reporta-se ao rendimento esperado da utilização desse ativo na actividade, sendo a sua medição feita com base nos fluxos de tesouraria esperados, isto é, considerando os contributos do ativo para os recebimentos e pagamentos da empresa. Para o efeito, exige-se uma previsão destes fluxos para o período de vida remanescente, calculados pelo método do valor presente.

As alterações das condições que determinaram o reconhecimento da imparidade podem conduzir a novos decréscimos do valor do ativo, ou pelo contrário a um aumento. Na primeira circunstância está-se perante um reforço da imparidade, com a consequente diminuição do valor líquido do ativo. No caso de se verificar uma alteração positiva no valor do ativo, deve-se então considerar a diminuição da imparidade reconhecida (reversão da imparidade) com o consequente aumento do valor líquido do ativo subjacente.

O Código do IRC (AT, 2016) prevê que, para as perdas por imparidade, que não devam subsistir por deixarem de se verificar as condições objetivas que as determinaram, se considerem como componentes positivas do lucro tributável do respetivo período de tributação, ou seja, permite-se a sua reversão.

Na avaliação das perdas por imparidade deve fazer-se apelo ao princípio da prudência, que subjaz à elaboração das demonstrações financeiras, para que não se proceda a desvalorizações (ou revalorizações) injustificadas dos ativos, que depois se podem repercutir no apuramento de ganhos ou perdas (mais ou menos-valias) desfasados da imagem real e verdadeira da empresa e que careçam de correções para efeitos fiscais.

Por último, importa em termos contabilísticos abordar a temática das **locações**, em particular o caso especial da venda de um ativo com locação subsequente do mesmo ativo (isto é, “*sale and leaseback*”), conforme previsto nos §§ 51 a 59 da NCRF 9 (MF, 2015a). A locação é um meio de financiamento dos locatários, que assumem, perante os locadores, a obrigação de realizar um conjunto de pagamentos em troca do uso e fruição de ativos, por um determinado período de tempo, juridicamente detidos pelos locadores (Grenha *et al.*, 2009).

As locações podem ser classificadas como financeiras ou operacionais, consoante haja ou não transferência de riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. No tratamento contabilístico destas operações é determinante o princípio da prevalência da substância sobre a forma, porque o locatário dispõe dos mesmos direitos de um verdadeiro proprietário de direito, sendo que o uso e fruição dos ativos lhe conferem a possibilidade de os depreciar, de acordo com as regras gerais.

No caso do “*sale and leaseback*”, se uma venda seguida de locação culminar numa locação financeira, o ganho ou perda deve ser diferido e amortizado durante o prazo de locação. Se a venda seguida de locação culminar numa locação operacional realizada ao justo valor, o ganho ou perda deve ser imediatamente reconhecido em resultados. Se uma venda seguida de locação culminar numa locação operacional realizada a um preço diferente do justo valor, qualquer ganho é diferido e depreciado durante o período de uso do ativo. Qualquer perda é imediatamente reconhecida em resultados, ou seja, em resultado desta operação podem ser apuradas mais ou menos-valias, que serão componentes do resultado líquido do período.

Quanto ao regime fiscal aplicável, dispõe o nº 2 do artigo 25º do CIRC (AT, 2016) que:

“No caso de venda de bens seguida de locação financeira, pelo vendedor, desses mesmos bens, observa-se o seguinte:

- a) Se os bens integravam os inventários do vendedor, não há lugar ao apuramento de qualquer resultado fiscal em consequência dessa venda e os mesmos são valorizados para efeitos fiscais ao custo inicial de aquisição ou de produção, sendo este o valor a considerar para efeitos da respetiva depreciação;*
- b) Nos restantes casos, é aplicável o disposto no nº 1, com as necessárias adaptações.”*

Para efeitos fiscais, não se verifica apuramento de resultados se os bens, objeto de venda e locação, pertenciam aos inventários do vendedor, sujeitando-os a uma imobilização, para efeitos de depreciação.

No caso de os bens integrarem os AFT do vendedor, mantem-se o regime de depreciação que, até então, vinha a ser seguido. No entanto, considera-se que pode existir apuramento de resultados, em virtude da venda, como se demonstra pelo **Exemplo 1** que a seguir se explana, com base no proposto por Saraiva (2015).

Exemplo 1:

Dados:

A entidade A é proprietária de um equipamento adquirido por €100.000 em $n-2$, com uma vida útil estimada de 10 anos. No exercício n é efetuado um contrato de venda seguida de locação, pela quantia de €90.000. A duração do contrato é de 4 anos. Nenhuma das características do contrato o permite classificar como uma locação financeira.

Resolução:

O equipamento foi objeto de depreciação pelo período de 2 anos (respeitante à amortização de $n-2$ e $n-1$) e a sua vida útil estimada é de 10 anos, pelo que a quantia contabilística líquida desse equipamento, à data do início da locação, é de €80.000 (€100.000 - €20.000). A locação foi efetuada pela quantia de €90.000, que se considera ser o seu justo valor à data do *leaseback*, verificando-se um ganho (ou seja, uma mais-valia) de €10.000. Como o contrato reveste as características de uma locação operacional, este ganho é imediatamente reconhecido no resultado líquido do período. Contabilisticamente tem-se:

Caixa		Ativo Fixo Tangível	
90.000		20.000	100.000
Locação		(Deprec.acumul.)	Quantia bruta
Outros rendimentos			
	10.000		
	Mais valia		

3. APURAMENTO DAS MAIS OU MENOS-VALIAS

Anteriormente, identificaram-se os ativos e factos económicos que estão na base do apuramento das mais ou menos-valias, as quais se poderão verificar na transmissão, alienação ou afetação a fins alheios à atividade comercial, dos mesmos. Assim, de seguida concretiza-se o apuramento dos ganhos (mais-valias) ou perdas (menos-valias) e explicita-se qual a respetiva fórmula de cálculo, em termos contabilísticos. As mais e

menos-valias refletidas na contabilidade respeitam a ganhos ou perdas de natureza patrimonial, pelo que:

- Atestam a situação financeira da entidade;
- Integram o seu desempenho, na medida em que constituem ganhos e perdas, respetivamente, do período económico em que ocorrem.

Nestes termos, a Figura 2 reflete as contas previstas no quadro de contas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pela Portaria nº 1011/2009, de 9 de setembro (MFAP, 2009b), com publicação anterior na Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (MF, 2015b).

Figura 2. Contas do SNC que refletem as Mais e Menos-Valias

Menos-valias	Mais-valias
6853 – Alienações de Investimentos em Entidades do Grupo	7852 – Alienações de Investimentos em Entidades do Grupo
6862 – Alienações de outros Investimentos Financeiros	7862 – Alienações de outros Investimentos Financeiros
6871 – Alienações de Investimentos não financeiros (AFT e AFI)	7871 – Alienações de Investimentos não financeiros (AFT e AFI)

Fonte: Adaptado de MF, (2015b).

O cálculo das mais ou menos-valias contabilísticas é dado pela diferença entre o valor de realização (correspondendo ao valor de venda, deduzido dos gastos de venda, permuta, indemnização ou cessão de posição - contratual) e o valor contabilístico (correspondendo à quantia expressa na contabilidade do ativo em apreço, a qual depende do modelo de reconhecimento utilizado pela entidade).

Nas transmissões ou alienações onerosas de **ativos não financeiros**, o apuramento das mais ou menos-valias pode efetuar-se pelo modelo de custo, pelo modelo da revalorização ou pelo modelo do justo valor. No «modelo de custo», a mais ou menos-valia é calculada pela diferença entre o valor de realização (VR) e o valor contabilístico (VC), sendo este último dado pelo preço de custo (PC) deduzido das depreciações acumuladas (DA) e das perdas por imparidade acumuladas (PI). Para o efeito, as DA correspondem a $[(PC-Vr)/n \times t]$, em que Vr é o valor residual (valor atribuído ao ativo no fim da vida útil), n é o número de períodos de vida útil e t é o número de períodos de vida útil decorrido até à data de realização. Em concreto:

$$\pm \text{Valia} = VR - (PC-DA-PI)$$

No «modelo de custo», os investimentos são registados pelo seu preço de custo (PC), que integra todos os gastos incorridos até que o bem se encontre em condições de ser utilizado. À medida que vai decorrendo a sua vida útil (período de tempo que se estima que gere valor económico), o ativo deve ser depreciado de forma sistemática e durante esse período.

No «modelo da revalorização», os investimentos são inicialmente registados pelo seu preço de custo e, subsequentemente, atualizado, tendo em atenção o seu valor de mercado ou de uso (custo revalorizado - CR). Durante a sua vida útil, o ativo irá ser depreciado, de forma sistemática e durante esse período, não sobre o custo inicial, mas sim sobre o custo revalorizado. Para o efeito, as depreciações acumuladas revalorizadas (DAR) correspondem a $[(CR-V_r)/n \times t]$, em que V_r é o valor residual (valor atribuído ao ativo no fim da vida útil), n é o número de períodos de vida útil e t é o número de períodos de vida útil decorrido até à data de realização. Em concreto:

$$\pm \text{Valia} = VR - (CR - DAR - PI)$$

No «modelo do justo valor», os investimentos são inicialmente registados pelo seu preço de custo e, subsequentemente, pelo seu justo valor (JV), entendido este como o seu valor de mercado (atentas as condições de uso em que se encontra). Neste modelo, o ativo não deverá ser depreciado, mas apenas registadas as eventuais perdas por imparidade. Em concreto:

$$\pm \text{Valia} = VR - (JV - PI)$$

Quanto aos **investimentos financeiros**, não se registam alterações significativas nos modelos de cálculo, sendo de sublinhar que, ao contrário dos investimentos não financeiros, não estão sujeitos a depreciação, mas apenas a perdas por imparidade. No entanto, merece especial referência o «modelo de equivalência patrimonial», através do qual os investimentos financeiros são inicialmente registados pelo seu preço de custo e, subsequentemente, ajustados pela fração que lhe corresponde no justo valor dos ativos líquidos dos passivos da entidade participante. Este modelo só pode ser utilizado para participações de capital em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, ao abrigo da NCRF 13 (MF, 2015a), devendo proceder-se aos ajustamentos para o referido justo valor (capitais próprios) no fim de cada período. Em concreto, o valor de

equivalência patrimonial (VEP) corresponde à diferença entre o Ativo e o Passivo da entidade detida multiplicado pela percentagem de participação:

$$\pm \text{Valia} = \text{VR} - \text{VEP}$$

Neste âmbito, o conceito de mais e menos-valias fiscais está definido no nº 1 do artigo 46º do CIRC (AT, 2016), que considera mais ou menos-valias realizadas os ganhos obtidos ou as perdas sofridas mediante transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opere, e, bem assim, os decorrentes de sinistros ou os resultantes da afetação permanente a fins alheios à atividade exercida, respeitantes a:

- a) Ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, ativos biológicos não consumíveis e propriedades de investimento, ainda que qualquer destes ativos tenha sido reclassificado como ativo não corrente detido para venda;
- b) Instrumentos financeiros, com exceção dos reconhecidos pelo justo valor nos termos das alíneas a) e b) do nº 9 do artigo 18º.

Adicionalmente, o nº 3 do artigo 46º do CIRC (AT, 2016) considera valor de realização:

- a) No caso de troca, o valor de mercado dos bens ou direitos recebidos, acrescido ou diminuído, consoante o caso, da importância em dinheiro conjuntamente recebida ou paga;
- b) No caso de expropriações ou de bens sinistrados, o valor da correspondente indemnização;
- c) No caso de bens afetos permanentemente a fins alheios à atividade exercida, o seu valor de mercado;
- d) Nos casos de fusão ou cisão, entrada de ativos ou permuta de partes sociais, o valor de mercado dos elementos transmitidos em consequência daqueles atos;
- e) No caso de alienação de títulos de dívida, o valor da transação, líquido dos juros contáveis desde a data do último vencimento ou da emissão, primeira colocação ou endosso, se ainda não houver ocorrido qualquer vencimento, até à data da transmissão, bem como da diferença pela parte correspondente àqueles períodos, entre o valor de reembolso e o preço da emissão, nos casos de títulos cuja remuneração seja constituída, total ou parcialmente, por aquela diferença;
- f) Nos demais casos, o valor da respetiva contraprestação.

A este propósito, cita-se o caso especial do valor de realização especificado no artigo 64º do CIRC (AT, 2016):

- a) No caso de alienação de direitos reais sobre bens imóveis deve adotar-se, para efeitos da determinação do lucro tributável, valores normais de mercado que não podem ser inferiores aos valores patrimoniais tributários definitivos que serviram de base à liquidação do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) ou que serviriam no caso de não haver lugar à liquidação deste imposto;
- b) Quando, no caso referido na alínea anterior, o valor constante do contrato for inferior ao valor patrimonial tributário do imóvel, é este o valor a considerar pelo alienante e adquirente, para determinação do lucro tributável, ou seja, no caso de mais ou menos-valia, será a que resultar deste último valor.

O nº 5 do artigo 46º do CIRC (AT, 2016) diz que são assimiladas a transmissões onerosas:

- a) A promessa de compra e venda ou de troca, logo que verificada a tradição dos bens;
- b) As mudanças no modelo de valorização relevantes para efeitos fiscais, que decorram de reclassificação contabilística.
- c) A transferência de elementos patrimoniais no âmbito de operações de fusão, cisão ou entrada de ativos.
- d) A extinção ou entrega pelos sócios das partes representativas do capital social das sociedades fundidas, cindidas ou adquiridas no âmbito de operações de fusão, cisão ou permuta de partes sociais.
- e) A anulação de partes de capital detidas pela sociedade beneficiária nas sociedades fundidas ou cindidas;
- f) A remição ou amortização de participações sociais com redução de capital;
- g) A anulação das partes de capital por redução de capital social destinada à cobertura de prejuízos de uma sociedade quando o respetivo sócio, em consequência da anulação, deixe de nela deter qualquer participação.

Não se consideram mais ou menos-valias os resultados obtidos em consequência da entrega pelo locatário ao locador dos bens objeto de locação financeira (conforme nº 6 do artigo 46º do CIRC – AT, 2016), bem como ao resultados obtidos na transmissão onerosa, ou na afetação permanente nos termos referidos no nº 1, de títulos de dívida pública cuja remuneração seja constituída, total ou parcialmente, pela diferença entre o

valor de reembolso ou de amortização e o preço de emissão, primeira colocação ou endosso.

O valor de aquisição (e respetivas depreciações e imparidade acumuladas fiscalmente dedutíveis) é atualizado mediante aplicação dos coeficientes (Coef.) de desvalorização da moeda (publicados anualmente, em Portaria do Ministério das Finanças), sempre que, à data da realização, tenham decorrido, pelo menos, dois anos desde a data da aquisição, sendo o valor dessa atualização deduzido para efeitos da determinação do lucro tributável. Para o ano de 2015, foi publicada a Portaria nº 400/2015, de 6 de novembro (MF, 2015c), não sendo a correção monetária aplicável aos instrumentos financeiros, exceto quando se trate de partes de capital.

O nº 2 do artigo 46º do CIRC (AT, 2016) diz ainda que as mais e menos-valias são dadas pela diferença entre o valor de realização, líquido dos encargos que lhe sejam inerentes, e o valor de aquisição (ou preço de custo), deduzido das depreciações e amortizações aceites fiscalmente, das perdas por imparidade e outras correções de valor (OCV) previstas nos artigos 28º-A (perdas por imparidade em dívidas a receber) e 31º-B (perdas por imparidade em ativos não correntes) do CIRC e ainda dos valores reconhecidos como gasto fiscal nos termos do artigo 45º-A do mesmo Código. Em concreto:

$$\pm \text{Valia} = (\text{VR} - \text{encargos}) - (\text{PC} - \text{DA} - \text{PI} - \text{OCV}) \times \text{Coef.}$$

4. CORREÇÕES FISCAIS NO ÂMBITO DO CIRC

Na fiscalidade, atenta a autonomia que a contabilidade tem (ou deveria ter), a base tributável apurada é ainda objeto de correções, positivas ou negativas, de natureza contabilística, para ter em conta a especificidade da determinação de uma base para efeitos fiscais (Pereira, 2005). Estas correções, efetuadas ao resultado líquido das empresas para apuramento do lucro tributável, são uma imposição da própria lei e decorrentes do princípio constitucional da tributação do rendimento real, plasmado no artigo 104º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e destinam-se a prevenir e evitar a evasão fiscal e o planeamento fiscal abusivo (AR, 2005).

Por um lado, há lugar a **correções positivas** quando existem gastos ou perdas contabilísticas que não são aceites para efeitos fiscais e rendimentos ou ganhos fiscais que não foram considerados rendimentos ou ganhos contabilísticos. Por outro lado, há

lugar a **correções negativas** quando existem rendimentos ou ganhos contabilísticos que não relevam para efeitos fiscais e gastos ou perdas fiscais que não foram considerados no apuramento do resultado contabilístico.

Neste sentido, importa analisar as correções a efetuar no Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC, atinentes às mais e menos-valias contabilísticas e fiscais e qual a relevância no cômputo do lucro tributável. Conforme se deixou expresso, o IRC tributa as mais e menos-valias fiscais, isto é, as mais ou menos-valias contabilísticas, em que o valor de aquisição é corrigido e atualizado mediante aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda, sempre que, à data da realização tenham decorrido, pelo menos, dois anos desde a data de aquisição, sendo o valor dessa atualização deduzido para efeitos da determinação do lucro tributável.

Nos termos da alínea l) do nº 1 do artigo 23º do CIRC (AT, 2016), só são consideradas como gasto fiscal as menos-valias realizadas ou fiscais. Do enquadramento referido, resulta a necessidade de expurgar do resultado líquido do período as **menos-valias** contabilísticas, que se encontram a influir negativamente o resultado líquido do período, o que se alcança incluindo-as no Campo 736 do Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC, aprovada por Despacho nº 1823/2016 de 5 de fevereiro (GSEAF, 2016). Por outro lado, há que deduzir ao resultado líquido do período a diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias realizadas ou fiscais, incluindo-se esta no Campo 769 do Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016), em virtude de concorrerem para a determinação do lucro tributável.

À semelhança do referido para as menos-valias, apenas concorrem para a determinação do lucro tributável as **mais-valias** realizadas ou fiscais, conforme disposto na alínea h) do nº 1 do artigo 20º do CIRC (AT, 2016), pelo que será de incluir no Campo 767 do Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016) as mais-valias contabilísticas e no Campo 739 da mesma declaração a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais, sem intenção de reinvestimento.

Porém, cumpre referir o facto de as mais-valias realizadas por efeito da dação em cumprimento de bens do devedor e da cessação de bens ao credor, no âmbito do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), não concorrerem para a determinação do lucro tributável (conforme nº 1 do artigo 268º do CIRE), pelo que nunca serão de incluir no Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016).

Do regime legal ainda se infere que nunca são dedutíveis para efeitos fiscais as menos-valias relativas a barcos de recreio, aviões de turismo e viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, que não estejam afetos à exploração do serviço público de transporte nem se destinem a ser alugados no exercício da atividade normal do sujeito passivo, exceto na parte em que correspondam ao valor fiscalmente depreciable, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 34º do CIRC (AT, 2016), ainda não aceite como gasto (alínea l) do nº 1 do artigo 23º-A do CIRC – AT, 2016).

Na mesma medida, não concorrem para a determinação do lucro tributável as menos-valias e outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio, na parte do valor que corresponde aos lucros ou reservas distribuídos ou às mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais da mesma entidade que tenham beneficiado, no próprio período de tributação ou nos 4 períodos anteriores, da dedução prevista no artigo 51º do CIRC (AT, 2016), do crédito por dupla tributação económica internacional (artigo 91º-A do CIRC – AT, 2016) ou da dedução prevista no artigo 51º-C (AT, 2016).

Também devem ser corrigidas, no Campo 738 do Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016), as mais-valias fiscais resultantes de mudanças no modelo de revalorização, conforme o disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 46º do CIRC (AT, 2016). Correlativamente, de acordo com o mesmo artigo do CIRC (AT, 2016), deve ser corrigido, no Campo 768 da referida declaração, 50% das menos-valias fiscais resultantes de mudanças no modelo de valorização. Assim, as mudanças no modelo de valorização relevantes para efeitos fiscais, que decorram de reclassificação contabilística ou de alteração nos pressupostos referidos na alínea a) do nº 9 do artigo 18º do CIRC (AT, 2016), são assimiladas a transmissões onerosas. Neste caso, quando se determinar uma mais-valia fiscal, o respetivo montante é acrescido no Campo 738 do Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016). Se a mudança no modelo de valorização determinar uma menos-valia fiscal, ela pode ser deduzida em 50% no Campo 768 do mesmo Quadro 07 (GSEAF, 2016), concorrendo apenas nessa proporção para a determinação do lucro tributável.

Face ao disposto no nº 1 do artigo 48º do CIRC (AT, 2016), a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de elementos dos AFT, AI, ativos biológicos não consumíveis, detidos por um período não inferior a um ano, ou em consequência de indemnizações por sinistros ocorridos nestes elementos, é

considerada em metade do seu valor, sempre que, no exercício anterior ao da realização, no próprio exercício ou até ao fim do segundo exercício seguinte, o valor de realização correspondente à totalidade dos referidos elementos seja reinvestido na aquisição, fabricação ou construção de elementos da mesma natureza, com exceção dos bens adquiridos em estado de uso a sujeito passivo de IRS ou IRC com o qual existam relações especiais, nos termos definidos no nº 4 do artigo 63º do CIRC (AT, 2016). Nestes termos, exige-se que esses bens sejam detidos por um período não inferior a um ano, contado do final do período de tributação em que ocorra o **reinvestimento** ou, se posterior, a realização.

No caso de se verificar o reinvestimento parcial, o supra exposto é aplicado à parte proporcional da diferença entre as mais-valias e as menos-valias a que o mesmo se refere. A não concretização do reinvestimento, no todo ou em parte, no prazo estabelecido legalmente, determina a consideração como rendimento desse período de tributação, no último exercício, a diferença ou a parte proporcional da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias realizadas ainda não incluída no lucro tributável, majorada em 15% (conforme, nº 6 do artigo 48º do CIRC), devendo ser acrescida no Campo 741 do Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016).

Assim, no Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016), o regime do reinvestimento é sujeito a algumas correções, designadamente deve ser acrescido no Campo 739 a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (artigo 46º do CIRC) e no Campo 740 deve ser acrescido 50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento, conforme o estipulado nos nº 1, 4 e 5 do artigo 48º do CIRC (AT, 2016). A este propósito veja-se o **Exemplo 2** apresentado posteriormente.

Não obstante, com a reforma do IRC, publicada na Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (AR, 2014), introduziu-se um regime “**participation exemption**” que prevê que os lucros, bem como as mais e menos-valias realizadas, não concorrem para a determinação do lucro tributável. Este regime está associado a duas ordens de razões: uma de natureza teórica, associada ao aprofundamento do princípio da territorialidade; e uma outra de natureza prática, que se prende com a intenção de tornar o nosso sistema fiscal mais competitivo. Na medida em que, a falta de competitividade do nosso sistema fiscal deriva da falta de estabilidade legislativa e da inércia ou morosidade da justiça e dos tribunais, a tributação

dos lucros e das mais-valias pode ser decisiva na localização (ou deslocalização) de empresas, portuguesas e estrangeiras.

A aplicação deste regime está desenhada nos artigos 51º a 51º-C do CIRC (AT, 2016), exigindo-se a verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) O sujeito passivo detenha, direta ou indiretamente, uma participação não inferior a 5% no capital social ou direitos de voto da entidade que distribui os dividendos ou que dá origem a uma mais ou menos-valia;
- b) A titularidade das partes de capital durante um período mínimo de 24 meses ou, no caso da distribuição de lucros, não tendo decorrido esse prazo na data da distribuição, se a participação for mantida pelo tempo suficiente para perfazer aquele prazo;
- c) O sujeito passivo não esteja abrangido pelo regime de transparência fiscal.

No que concerne à liquidação de sociedades, foi igualmente alterado o enquadramento fiscal das liquidações de sociedades, no sentido de os rendimentos gerados nas mesmas serem sempre qualificados como mais-valias (nº 1 e 2 do artigo 81º do CIRC - AT, 2016). Estas mais-valias, quando respeitantes a participações que reúnam os requisitos do artigo 51º do CIRC (AT, 2016), não concorrem para a determinação do lucro tributável, beneficiando, em nossa opinião, de uma verdadeira exclusão de tributação, eximindo-se à norma de incidência. Por seu lado, as menos-valias, quando dedutíveis, são abatidas da soma dos prejuízos fiscais que tenham sido aproveitados, no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), bem como de lucros e reservas distribuídos pela sociedade, enquadrados nos artigos 51º (alinea b) do nº 2 do artigo 81º do CIRC – AT, 2016). No caso de a atividade da sociedade liquidada vir a prosseguir através da entidade especialmente relacionada com o sócio da sociedade liquidada, a menos-valia, que eventualmente tenha sido deduzida, é adicionada ao lucro tributável desse sócio majorada em 15%, conforme prescreve o nº 6 do artigo 81º do CIRC (AT, 2016), constituindo uma norma anti-abuso.

Dentro deste regime, foi ainda permitido que, por opção do sujeito passivo, os lucros e prejuízos de estabelecimentos estáveis localizados no estrangeiro não concorram para a formação do seu lucro tributável quando (no âmbito do artigo 54º-A do CIRC):

“Os lucros imputáveis a esse estabelecimento estável estejam sujeitos e não isentos de um imposto referido no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar

ao IRC cuja taxa legal aplicável a esses lucros não seja inferior a 60 % da taxa do IRC” (AT, 2016).

Exemplo 2:

Dados:

Valor de realização (VR): €40.000 [declaração de intenção de reinvestimento total]

Mais-valia contabilística: €15.000 [obtido por, $VR - (PC - DA)$]

Mais-valia fiscal: €8.000 [obtido por, $(VR - (VA - DA)) \times \text{Coef.}$]

Ano de Realização: 2014

Coef.: 1,16 (Portaria nº 400/2015 de 6 de dezembro, para bens adquiridos em 2005)

Reinvestimento: €25.000,00 realizado da seguinte forma:

2013: €10.000

2014: €5.000

2015: €10.000 (reinvestimento em janeiro)

Correções no Quadro 07:

Em 2014, teria-se que, no Campo 767 deduzir o montante de € 15.000 (mais-valia contabilística) e no Campo 740 acrescentar o montante de €4.000 (50% da mais-valia fiscal, porque foi declarada a intenção de reinvestimento total). Se não houvesse intenção de reinvestimento, acrescia-se no Campo 739 o valor total da mais-valia fiscal, ou seja, €8.000.

Em 2015, teria-se que, no Campo 741 acrescentar o montante de €2.900, decorrente do reinvestimento parcial (62,5%, obtido de $\frac{€25.000 \times 100}{€40.000}$) do valor de realização (conforme nº 6 do artigo 48º do CIRC). Assim, $€2.900 = [€4.000 \times (1 - 62,5\%)] \times 1,16$.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face à investigação realizada, conclui-se que as mais-valias se traduzem em ganhos ocasionais de capital, sem qualquer ligação direta com o exercício da atividade desenvolvida, razão pela qual não se considera um “rendimento produto” mas um “rendimento acréscimo”, sendo consideradas ganhos ou rendimentos para efeitos fiscais (conforme alínea h) do nº 1 do artigo 20º do CIRC – AT, 2016), enquanto as menos-valias

são consideradas gastos de acordo com a alínea I) do nº 1 do artigo 23º do mesmo Código (AT, 2016).

As mais e as menos-valias contabilísticas não relevam para efeitos fiscais, razão pela qual as mais-valias contabilísticas são abatidas no Quadro 07 da declaração Modelo 22-IRC (GSEAF, 2016), relativo ao apuramento do lucro tributável, e as menos-valias contabilísticas são acrescidas no referido Quadro, dado que já influenciaram os resultados aquando do seu apuramento. Simultaneamente procede-se à inclusão das mais ou menos-valias fiscais, de acordo com o regime de tributação aplicável.

Também se realça que o regime de tributação das mais e menos-valias foi profundamente alterado pela reforma do IRC, operada pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (AR, 2014), ao prever um regime de exclusão de tributação nas mais-valias decorrentes das transmissões de participações sociais. Sendo que, correlativamente, as menos-valias não concorrem para a formação do lucro tributável. Paralelamente, também ficou patente em que medida o reinvestimento afasta a tributação das mais-valias.

REFERÊNCIAS

- Assembleia da República (AR, 2005). Lei Constitucional n.º 1/2005, aprova a Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, 155, I-A Série, 12 de Agosto: 4642-4686.
- Assembleia da República (AR, 2014). Lei nº 2/2014, procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro. *Diário da República*, 11, I Série, 16 de janeiro: 253-346.
- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT, 2016). *Código do IRC*. Disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/circ_rep/index_irc.htm [Acedido em: abril de 2016]. Lisboa:AT
- Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (GSEAF, 2016). Despacho n.º 1823/2016, aprova a declaração periódica de rendimentos modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento. *Diário da República*, 25, Série II, de 5 de fevereiro: 4439-4469.
- Gonçalves, C.; Santos, D.; Rodrigo, J. e Fernandes, S. (2013). *Relato Financeiro, Interpretação e Análise*. Porto: Vida Económica.

- Grenha, C.; Cravo, D.; Baptista, L. e Pontes, S. (2009). *Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística*. Lisboa: Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Martins, A. (2010). *Justo Valor e Imparidade em Activos Fízos Tangíveis e Intangíveis*. Coimbra: Almedina.
- Ministério das Finanças (MF, 2015a). Aviso n.º 8256/2015, homologa as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC. *Diário da República*, 146, II Série, 29 de julho: 20749-20845.
- Ministério das Finanças (MF, 2015b). Portaria n.º 218/2015, aprova o Código de Contas, *Diário da República*, 142, I Série, 23 de julho: 4958-4979.
- Ministério das Finanças (MF, 2015c). Portaria n.º 400/2015, atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis aos bens e direitos alienados. *Diário da República*, 218, Série I, 6 de novembro: 9458-9458.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009a). Aviso n.º 15655/2009, homologa as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC. *Diário da República*, 173, II Série, 7 de setembro: 36260-36359.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009c). Decreto Regulamentar n.º 25/2009, aprova o enquadramento jurídico em matéria de depreciações e amortizações. *Diário da República*, 177, Série I, 14 de Setembro: 6270-6285.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009i). Portaria n.º 1011/2009, aprova o Código de Contas do SNC. *Diário da República*, 173, I Série, 7 de setembro: 6148-6157.
- Pereira, M.H. (2005). *Fiscalidade*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, J. (2015). *SNC - Sistema de normalização contabilística explicado*. Porto: Porto Editora.
- Saraiva, H. (2015). *Harmonização Contabilística e Gestão de Sociedades: Ano letivo 2014-2015*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.